

Painel: A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso

José Horta NUNES

UNESP – São José do Rio Preto

O texto “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours”, de C. Haroche, P. Henry, e M. Pêcheux foi publicado no número 24 da revista *Langages*, organizado por Julia Kristeva em 1971. Esse número de *Langages* teve como tema a “Epistemologia da lingüística” e foi dirigido por Júlia Kristeva. A questão da epistemologia está presente no texto com a discussão sobre o “corte saussuriano”, em uma perspectiva descontinuista. Depois de discutirem o corte saussuriano, procurando mostrar o lugar que a semântica ocupa nesse contexto, os autores propõem uma mudança de perspectiva ou de “terreno”, lançando novas bases para o que denominam uma “semântica discursiva”.

Na primeira parte do artigo, os autores abordam a questão da lingüística e do lugar atribuído à semântica. Na segunda, fazem uma análise crítica do lugar da semântica em Saussure. Na terceira, propõem novas bases teóricas para uma semântica discursiva. E na quarta, tratam de questões práticas, metodológicas, retomando a AAD-69 e traçando perspectivas. Retomemos brevemente cada uma dessas partes.

Na primeira parte, os autores afirmam que a referência à lingüística e a Saussure tornou-se um lugar comum em várias disciplinas. Com isso, apesar da distinção cuidadosa que Saussure efetua entre língua e linguagem, ocorre uma “confusão” entre esses dois conceitos. Segundo Haroche, Henry e Pêcheux, há uma “exploração ideológica das teorias lingüísticas”, que se caracteriza por um deslizamento contínuo entre língua e linguagem, conjugado com um retorno a um empirismo renovado pelo formalismo. Esta exploração ideológica, segundo os autores, resulta de dificuldades interiores à própria lingüística, especialmente no campo da semântica:

“A ruptura saussuriana foi suficiente para permitir a constituição da fonologia, da morfologia e da sintaxe, mas ela não pode impedir um retorno do empirismo em semântica.” (Haroche, Henry, Pêcheux, p. 94)

No decorrer do artigo, os autores desenvolvem essas teses e indicam uma mudança de terreno ou de perspectiva, introduzindo conceitos que compõem o quadro teórico da Análise de Discurso.

Na segunda parte, os autores fazem uma leitura de Saussure, identificando alguns pontos em que a semântica é trabalhada, a saber, a questão da *analogia*, da *oposição valor/significação* e da *tradução*.

Ao abordar a *analogia*, os autores afirmam que Saussure retoma o “modelo das proporções” dos seus predecessores “gramáticos” e “neogramáticos”, utilizado para explicar o aparecimento de palavras novas (ou a “mudança de sentido das palavras”):

reaction : réactionnaire : : répression : x,

De onde x = répressionnaire

A inovação de Saussure está em dizer que “a analogia é inteiramente gramatical e sincrônica”. Assim, a analogia não somente explica o aparecimento histórico de formas novas, mas ainda ela “estrutura permanentemente o sistema das unidades significantes que só podem se manter por meio delas”. Depois de se afirmar no *Curso* que “tudo é gramatical na analogia”, coloca-se em seguida que “a criação que é o ponto de chegada só pode pertencer à fala: ela é obra ocasional de um sujeito isolado” (p. 226). Deste modo, com o par liberdade/sistema, Saussure deixa aberta uma porta pela qual vão entrar o formalismo e o subjetivismo. A raiz dessa dificuldade está, segundo os autores, no fato de que, para Saussure, toda idéia é subjetiva, individual. Portanto, visto que por trás de toda analogia há uma idéia, é preciso passar pela fala e pelo sujeito individual.

A relação entre a idéia e a analogia levou os autores à oposição valor/significação. Argumentando contra a concepção da língua como *nomenclatura*, Saussure sustenta que o valor domina a significação: “Em todos esses casos verificamos, em lugar de *idéias* dadas de início, *valores* que emanam do sistema. Quando dizemos que elas correspondem a conceitos, subentende-se que estes são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por sua relação com os

outros termos do sistema. Sua característica mais exata é de ser o que os outros não são.” (p. 162). Segundo os autores, “o princípio da subordinação da significação ao valor pode ser considerado como o núcleo da ruptura saussuriana”. Eles acrescentam, retornando à questão da semântica, que tudo o que concerne à analogia está defasado em relação a esta ruptura: a significação é da ordem da fala e do sujeito, somente o valor concerne à língua.

Dando continuidade a essa reflexão, os autores retomam um dos argumentos de Saussure para justificar o princípio de subordinação da significação ao valor: trata-se do problema da *tradução*, ilustrado pelo exemplo de *louer*, em francês, ao qual correspondem tanto *mieten* quanto *vermieten* em alemão. O argumento da tradução foi freqüentemente invocado como apoio para teses universalistas e culturalistas, mas o que os autores sustentam é que se questionava a correspondência entre duas ou mais línguas como se não houvesse, *no interior da mesma língua*, problemas de tradução. Nesse ponto, afirma-se: “se consideramos o domínio da política e o da produção científica, *constata-se que as palavras podem mudar de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as empregam*”. Assim, a propósito de discursos sustentados a partir de posições diferentes, colocam-se problemas de tradução, equivalência, não-equivalência.

Na seqüência os autores efetuam uma crítica a disciplinas que tratam dessa questão. Eles sustentam que tais questões não podem ser tratadas ligando esses discursos a sub-sistemas da língua. Além disso, efetuam uma crítica a uma semântica geral (ciência geral das significações), que representaria uma distinção entre o universo imanente da significação (o dos elementos de significação) e seu universo manifestado (o dos agrupamentos de elementos manifestados pelos universos significantes). Como argumento, dizem que nesse caso não se trata mais do *valor* mas de *significações*. Ocorre, então, uma anulação da distinção valor-significação, a qual é plena de conseqüências: uma vez anulada essa distinção, o princípio de unidade da língua pode ser reinscrito em qualquer ideologia que coloque a universalidade do espírito humano e a intercambiabilidade dos sujeitos falantes. Além disso, a própria noção de universo imanente coloca a questão dos “universais semânticos”, quer dizer, de um sistema metalingüístico capaz de descrever “a realidade” aplicando-se sobre ela como uma rede.

A esse respeito, os autores dizem que, se deixamos de considerar esses “universais” como uma cópia-matriz da realidade, e se nos interrogamos sobre sua origem histórica efetiva, percebemos que se trata de uma justaposição de classificações produzidas por disciplinas científicas existentes em um certo momento da história. E concluem esta parte afirmando: “A consequência desta anulação conduz a uma posição epistemológica *laxista*, que leva a considerar as ciências como os universais culturais e tecnológicos mais estabelecidos” (p. 101).

Na terceira parte, os autores propõem uma “mudança de terreno” determinada por duas necessidades: lutar contra o empirismo (desembaraçar-se da problemática subjetivista centrada no indivíduo) e contra o formalismo (não confundir a língua como objeto da lingüística com o campo da “linguagem”). Isto implica a introdução de “novos objetos”, que correspondem em grande parte a conceitos do materialismo histórico, dentre os quais: *modo de produção, relação entre as classes, práticas, aparelhos, posições, formações*.

Em seguida os autores definem os conceitos de *formação ideológica* e de *formação discursiva*. A formação ideológica caracteriza um elemento suscetível de interferir, como uma força confrontada a outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um momento dado. Este conceito permite aos autores deslocar a questão do sujeito individual e do sujeito universal: “cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a ‘posições de classes’ em conflito umas em relações às outras”.

A formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harena, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”. Os autores salientam que “não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam”. Isto leva a precisar que “as palavras ‘mudam de sentido’ passando de uma formação discursiva a outra. Nesse sentido, a semântica suscetível de descrever uma formação discursiva bem como as condições de passagem de uma formação a outra não poderiam se

restringir a uma semântica lexical (ou gramatical), mas deve ter fundamentalmente por objeto dar conta dos "processos" que regem o agenciamento dos termos em uma seqüência discursiva, e isto em função das "condições" nas quais esta seqüência discursiva é produzida. Define-se, então, o conceito de "semântica discursiva" como "a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, que leva em conta o elo que liga esses processos às condições nas quais o discurso é produzido (às posições às quais ele deve se referido)".

Na quarta e última parte, os autores tratam dos procedimentos metodológicos relativos aos princípios teóricos anteriormente apresentados. Para isso, remetem ao artigo de Z. Harris "Análise do Discurso" (número 13 de *Langages*), retomando alguns pontos, sobretudo a questão do "corpus" e das "equivalências". A análise de Harris, que ultrapassa os limites da frase, ocorre em apenas um texto. Já a AAD-69 efetua uma comparação regulada entre diversos textos que constituem um corpus discursivo que se supõe representativo de um certo estado das condições de produção características de uma formação discursiva dada (o corpus desempenha o papel de um dicionário).

Quanto às equivalências, os autores mostram os deslocamentos produzidos na passagem da teoria harrisiana à AAD-69. Não se trata mais na AAD-69, de uma cadeia de equivalências ($B=C$, $M=N$ etc.), mas de uma superposição de sub-seqüências contextualmente equivalentes. Os autores distinguem dois tipos de equivalências: as substituições simétricas (relação de identidade) e as substituições não-simétricas (ligadas à possibilidade de sintagmatização). Ex:

Le milieu de l'automne (c'est-à-dire) les premiers froids arrivent
La fin du mois d'octobre (donc) nous començons à chauffer

O meio do outono (quer dizer) o fim do mês de outubro
Os primeiros frios chegam (logo) começamos a esquentar

Os autores acrescentam que essa propriedade de simetria/não-simetria não se liga naturalmente aos pares de termos em substituição, mas depende

da formação discursiva na qual esta substituição se efetua. Indicam, em seguida, uma direção de pesquisa que consiste em analisar os efeitos de sentido implícitos ligados à relação entre várias formações discursivas.

Os autores concluem apontando dois direcionamentos de pesquisa:

- 1) A questão da identidade de sentido (estudo lingüístico das transformações)
- 2) Estudos lingüísticos sobre a relação enunciado/enunciação, ligados à análise do pré-construído.

O texto de Horoche, Henry e Pêcheux tem em vista sobretudo os lingüistas. Ele situa epistemologicamente o campo da lingüística para em seguida localizar a teoria do discurso nesse contexto. Vemos aí a construção cuidadosa e precisa dos conceitos, os deslocamentos efetuados, bem como a importância de Saussure como fundador de um espaço de reflexão que considera o próprio da língua, o seu real específico. Assim, este texto, trabalhando a relação língua-discurso, consiste em um dos vários momentos de construção da teoria do discurso. Construção sempre buscada e jamais fixada, e que se realiza como que por andaimes que se localizam ora em um ora em outro ponto das fronteiras epistemológicas aí estabelecidas.